vinetur

National Wine & Spirits, titular de 31,25%, processa a RNDC para congelar receitas da venda no Kentucky

O processo visa o dinheiro da venda, autorizada pelo tribunal, dos ativos da RNDC Kentucky à KEG1 River City, no âmbito da insolvência da RNDC

terça-feira, 3 de novembro de 2026



A National Wine & Spirits processou a Republic National Distributing Co. num litígio sobre o produto da venda dos ativos da sua empresa comum no Kentucky à KEG1 River City, abrindo uma nova frente jurídica no processo de insolvência da RNDC.

A Beer Business Daily noticiou, a 1 de novembro, que a National pretende congelar o dinheiro associado à venda no Kentucky. Segundo a publicação, o tribunal de insolvência já tinha autorizado a RNDC Kentucky, a empresa comum das partes, a vender os seus ativos à KEG1 River City antes de a National apresentar o processo.

De acordo com a Beer Business Daily, a RNDC detinha uma participação de 68,75% na RNDC Kentucky e a National detinha os restantes 31,25%. Esta repartição das participações deverá estar no centro do litígio sobre a forma como o produto da venda deve ser tratado e sobre se o dinheiro pode ser movimentado ou distribuído antes de serem resolvidas as reclamações da National.

A publicação descreveu o processo da National como uma iniciativa à última hora, sugerindo que a contestação surgiu depois de a venda já ter ultrapassado uma importante etapa jurídica. Com base na informação disponível, o objetivo imediato da National é impedir a distribuição do dinheiro da venda enquanto o litígio prossegue. A informação de origem não revelou o montante em causa nem apresentou os argumentos jurídicos completos que sustentam o pedido da National.

O caso põe em evidência um problema recorrente nos processos de insolvência que envolvem empresas comuns. Um tribunal pode autorizar a venda de ativos, mas isso nem sempre põe fim ao litígio sobre quem tem direito ao produto da venda. Podem subsistir dúvidas quanto aos acordos de parceria, às percentagens de participação, às reclamações dos credores e à possibilidade de uma das partes utilizar ou transferir fundos antes de serem ouvidas as objeções da outra.

A questão ultrapassa as fronteiras do Kentucky, uma vez que a RNDC tem sido um interveniente importante na distribuição de bebidas alcoólicas e a forma como o produto da venda é tratado no seu processo de insolvência pode afetar o montante que ficará, em última análise, disponível para os credores e outras partes interessadas. Qualquer atraso ou litígio adicional em torno da venda de ativos pode gerar mais incerteza para os fornecedores e parceiros comerciais que dependem da rede grossista

de vinho, bebidas espirituosas e cerveja. Para produtores e credores de todo o setor das bebidas, o caso lembra que mesmo uma transação aprovada por um tribunal pode ser alvo de novos desafios quando são contestados os direitos de propriedade no âmbito de uma empresa comum.

O litígio também mostra como as dificuldades financeiras das empresas de distribuição podem ter repercussões em todo o setor das bebidas. Os grossistas são intermediários entre produtores e retalhistas, e os processos de insolvência podem suscitar dúvidas sobre o fluxo de mercadorias, os direitos territoriais, os pagamentos e o tratamento dos ativos. Quando um desses processos envolve uma estrutura de empresa comum, as questões jurídicas podem tornar-se mais complexas, porque os ativos e o dinheiro podem não pertencer inteiramente à parte insolvente.

Segundo a Beer Business Daily, a National e a RNDC trabalharam em conjunto no Kentucky através da RNDC Kentucky. O litígio parece agora centrar-se no que acontece após a venda à KEG1 River City e em saber se o produto da venda deve permanecer intacto até o tribunal decidir sobre as reclamações concorrentes. A venda já tinha sido autorizada, mas o novo processo indica que a aprovação da transação não resolveu o litígio entre as partes sobre o dinheiro gerado.

Na informação pública disponível até ao momento, a KEG1 River City surge como a compradora autorizada dos ativos do Kentucky. A informação de origem não indicava que a compradora fosse, por si só, o alvo da contestação da National. Em vez disso, o litígio parece visar o congelamento dos fundos associados à transação enquanto o processo prossegue.

Novas decisões judiciais determinarão se a National consegue impedir o acesso ao produto da venda e de que forma serão resolvidas as questões relativas à participação e à insolvência. Até lá, a transação no Kentucky continua a ser mais um teste acompanhado de perto à forma como os tribunais tratam as vendas de ativos de distribuidores, os direitos em empresas comuns e os interesses dos credores, num período de dificuldades para algumas áreas do mercado grossista de bebidas dos EUA.